

OS CURSOS NOTURNOS NA UNICAMP: DEMOCRATIZAÇÃO OU CRISE DA UNIVERSIDADE?

Dirce Djanira Pacheco e ZAN*

Desde a década de 70 que a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) oferece cursos noturnos. Em 1974 surgiu o Curso Superior de Tecnologia com a modalidade em Saneamento que já no seu segundo ano de funcionamento passou a ser oferecido no período noturno. Esse curso está ligado ao Centro Superior de Educação Tecnológica da UNICAMP, situado na cidade de Limeira (SP).

Entretanto, foi no final da década de 80 e início da de 90 que houve a expansão dos cursos noturnos nessa Universidade, o que estimulou uma pesquisa por mim realizada durante os anos de 1993 e 1996.

O período em que ocorreu a expansão dos cursos noturnos na UNICAMP coincide com o agravamento das críticas e das cobranças vindas de diferentes setores da sociedade brasileira, em especial da grande imprensa, acerca da eficiência e produtividade da universidade no Brasil. Esses fatores agravaram, ao meu ver, a crise que a instituição já vinha vivenciando há algum tempo.

Segundo Santos (1995), diante das mudanças mais recentes ocorridas na sociedade em âmbito geral, as quais englobam a emergência de novas tecnologias, a diminuição dos investimentos do Estado na universidade e as novas demandas sociais, o questionamento sobre os papéis da universidade se intensificou. As funções tradicionais que essa instituição vinha desenvolvendo, ou seja, de ensino,

pesquisa e extensão, ampliaram-se e multiplicaram-se. Atualmente, por exemplo, ela desempenha, dentre outras, as funções de educação geral posterior ao segundo grau, de fornecimento de mão-de-obra qualificada, formação e treinamento de trabalhadores altamente especializados e de possibilitar a mobilidade social para representantes dos setores populares.

Essas novas funções, segundo o autor, muitas vezes são contraditórias e geram tensões que devem ser administradas pela universidade. Essas tensões situam-se no bojo de uma crise da instituição universitária que decorre, pelo menos, de três níveis de contradições: *"...a contradição entre a produção de alta cultura e de conhecimentos exemplares necessários à formação das elites de que a universidade se tem vindo a ocupar desde a Idade Média, e a produção de padrões culturais médios e de conhecimentos úteis para as tarefas de transformação social e nomeadamente para a formação da força de trabalho qualificada exigida pelo desenvolvimento industrial (...); a contradição entre a hierarquização dos saberes especializados através das restrições do acesso e da credencialização das competências e as exigências sócio-políticas da democratização e da igualdade de oportunidades; e, finalmente, a contradição entre a reivindicação e a submissão constante (da universidade) a critérios de eficácia e de produtividade de origem e natureza empresarial"* (p. 190).

(*) Mestre em Educação pela UNICAMP e professora do Centro UNISAL.

(1) SANTOS, op. cit.

Nesse sentido, o autor aponta que essas contradições contribuíram para o agravamento da crise vivida pela universidade atualmente que adquire três dimensões distintas e articuladas entre si: 1) a **crise de hegemonia**, associada ao dilema acerca da natureza do conhecimento a ser produzido pela instituição universitária; 2) a **crise de legitimidade**, gerada em grande parte pelas conquistas dos movimentos sociais e pelo aparecimento de novas demandas por serviços; 3) a **crise institucional**, resultante da aproximação cada vez maior da universidade com os setores empresariais, o que tem levado à tentativa de adequá-la ao modelo de produtividade desses setores.

De certo modo, pode-se afirmar que a universidade brasileira nunca foi hegemônica, isto é, desde seu início o conhecimento por ela produzido tinha uma função pragmática. Para setores da elite nacional a universidade recém criada deveria proporcionar padrões culturais necessários ao processo de modernização do país e viabilizar a produção de conhecimentos fundamentais para a atividade industrial e científica que poderia contribuir para esse processo.²

Envolta por essa concepção foi que surgiu a Universidade de São Paulo (USP) em 1934, com a função de ser o “cérebro da nacionalidade” e de ser o “centro regulador da vida psíquica do país”.³

Entretanto, as outras duas dimensões da crise universitária diagnosticada por Santos (1995) - a crise de legitimidade e institucional - são mais recentes na universidade brasileira. A partir da década de 50 e início dos anos 60, com a organização dos estudantes universitários e a produção de alguns intelectuais brasileiros, a universidade passou a ser questionada

quanto ao seu caráter elitista e quanto à sua estrutura que se mostrava obsoleta e arcaica para atender às exigências de um país que se modernizava.

Havia nesse momento um dilema sobre qual o melhor caminho para a solução dos problemas da instituição universitária brasileira. Segundo Ribeiro (1975), existiam duas propostas: uma pautada pela política modernizadora e outra baseada na política autonomista. Para o autor, a diferença entre as duas políticas residia no fato de que *“enquanto a política modernizadora aspira, só a reformar a universidade, de modo a torná-la mais eficiente no exercício de suas funções conservadoras dentro de sociedades dependentes e submetidas à espoliação neocolonial, a política autonomista pretende transfigurar a universidade como um passo no sentido da transformação da própria sociedade, a fim de permitir-lhe, em prazos previsíveis, evoluir da situação de **proletariado externo** - limitando a satisfazer condições de vida e de prosperidade de outras nações - à dignidade de povo para si, senhor do comando de seu destino e disposto a integrar-se na civilização emergente como nação autônoma”* (p. 26).

Entretanto, havia ainda um projeto mais radical que era defendido pelo movimento estudantil da época. No I Seminário Nacional de Reforma do Ensino, ocorrido em Salvador no ano de 1961, a União Nacional dos Estudantes (UNE) propunha o engajamento da universidade num projeto de transformação, de revolução do país. Para a UNE, cabia aos *“...estudantes, principalmente (aos) universitários, colocados numa perspectiva proletária (aliarem-se) às classes trabalhadoras, e ao mesmo tempo (fornecerem) a estas subsídios para o aceleração do seu processo emancipatório, (sofrerem) por parte delas, a influência revolucionária que só essas classes, (...), podem exercer...”*⁴ (p. 25).

⁽²⁾ Com o Manifesto dos Pioneiros, estruturou-se uma nova proposta de universidade destinada a atuar como instituição formadora das elites de pensadores, sábios, cientistas, técnicos e educadores, responsáveis pela realização de estudos, diagnósticos e apresentação de soluções para as questões científicas, morais, intelectuais, políticas e econômicas que o país demandasse.

⁽³⁾ CARDOSO, 1982.

⁽⁴⁾ Citação da *“Declaração da Bahia”*, em Sanfelice (1985).

Nesse contexto divergente acerca do papel que a universidade deveria estar assumindo naquele momento foi que, entre 1961 e 1962, surgiu a Universidade de Brasília (UnB). Essa universidade estava fundamentada “...na ótica da ideologia nacional, na superação do subdesenvolvimento, para o que era necessário criar uma autonomia científica e tecnológica, o que se expressaria na formação de uma elite nacional: uma universidade brasileira, para os problemas brasileiros, empenhada na busca de soluções para os problemas da nação e preocupada em promover a integração da América Latina”⁵ (p. 22).

Para os idealizadores da UnB, caberia a ela, dentre outras coisas, produzir tecnologia nacional para viabilizar o desenvolvimento industrial do país. Entendiam que “...só (seríamos) realmente autônomos quando a renovação das fábricas aqui instaladas se (fizesse) pela nossa técnica, segundo procedimentos surgidos do estudo de nossas matérias-primas e de nossas condições peculiares de produção e de consumo. Só por este caminho (poderíamos) acelerar o ritmo de incremento de nossa produção, de modo a reduzir e, um dia, anular a distância que nos separa dos países tecnologicamente desenvolvidos...”⁶ (p. 172).

Fernandes (1976) aponta os limites do projeto da UnB. Segundo ele, as idéias que influenciaram o início dessa universidade refletiam o ressurgimento da concepção da instituição universitária enquanto “...instituição-chave - concebida, mesmo, como ‘a única’ - na superação do subdesenvolvimento do estado colonial reconhecido ou ocultado e da dependência cultural, moral e política...” (p. 116). A universidade despontava novamente como instituição criadora, capaz de se colocar na vanguarda da transformação social.

Para o autor, tratava-se de uma proposta aparentemente radical de universidade pois não apontava para a superação da ordem bur-

guesa. Em última análise, essa proposta situava-se nos limites da “revolução nacional” e da superação do subdesenvolvimento. Em nenhum momento se colocava em questão a ordem burguesa numa perspectiva mais radical. A crença de que através de mudanças gradativas se chegasse a transformações revolucionárias alimentou, de certa forma, expectativas que foram encampadas pelo “...radicalismo burguês (dentro e fora do ‘populismo’), (pela) ideologia ‘desenvolvimentista’ e (pela) ditadura burguesa sem máscara dos anos 60” (p. 117). Desse modo, pode-se concluir que o projeto da UnB estava, no seu limite, comprometido com a “revolução dentro da ordem”.

No entanto, esse foi um projeto que trouxe grandes novidades para a organização da instituição universitária. Essas inovações refletiam-se tanto na organização didático-pedagógica como na organização administrativa. Com relação a esse último aspecto, era marcante uma participação maior de professores e estudantes em seus órgãos colegiados. Nessa questão, havia uma aproximação do projeto com as propostas estudantis da época.

Com o Golpe Militar de 1964, o projeto da UnB sofreu várias alterações. O campus da universidade foi invadido e destituídos o seu reitor e vice-reitor. A partir de então, numa tentativa de despolitizar a instituição universitária, os militares buscaram reformá-la visando sua adequação aos critérios de eficiência e produtividade que são próprios do setor produtivo.

Nas décadas de 70 e 80 a comunidade universitária se organizou junto a setores da sociedade brasileira, numa luta maior contra a ditadura militar. A partir de 1974, por exemplo, as reuniões da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) se tornaram verdadeiros fóruns oposicionistas. Em 1975, foi realizado na UNICAMP um seminário para a discussão do autoritarismo na América Lati-

⁵ FONSECA, 1986.

⁶ Fala de Darcy Ribeiro, citada em Cunha (1989).

na. Esse seminário, denominado “História e Ciências Sociais”, foi divulgado nos principais jornais e revistas do país. Germano (1993) relata que a Revista Veja do dia 04 de julho de 1975 dedicou sua capa e várias páginas ao evento trazendo a seguinte manchete: “Preste atenção em Campinas” onde, segundo matéria do Jornal da UNICAMP de outubro de 1989⁷, “*era no campus da UNICAMP que se dava a circulação das melhores idéias do momento, quer para o meio acadêmico, quer para o país...*”(p. 242).

Nesse período a universidade passou também a questionar a organização do poder interno na instituição e a lutar pela sua democratização. Essa foi uma luta que estava incorporada a um movimento maior que era o da (re)organização da sociedade civil brasileira encabeçada principalmente pelos novos movimentos sociais em ascensão que gestavam no seu interior novas noções de direito e de cidadania.

Segundo Dagnino (1994), a noção de cidadania que está presente nos dias atuais, constituída a partir dessa época, não está limitada às conquistas legais ou ao acesso de direitos previamente constituídos, mas inclui também a invenção, a criação de novos direitos. A autora enfatiza que ao se entender a noção de cidadania enquanto construção histórica, definida pela luta política, deve-se ter claro que ela é, portanto, capaz de incorporar dimensões da subjetividade, das aspirações, dos desejos e dos interesses⁸ dos próprios sujeitos. E essa noção de cidadania se torna tão ampla que é capaz de abarcar até mesmo o direito à diferença enquanto aprofundamento do direito à igualdade, pois a diferença que é considerada pelos setores mais conservadores como sinônimo de desigualdade, de discriminação, pode, através de uma visão progressis-

ta conquistada pelos movimentos sociais, ser entendida como direito à existência da diferença que possa ser vivida sem que isso signifique desigualdade, discriminação ou preconceito.

Nesse sentido é que se formula também a noção do direito ao estudo para quem trabalha. O direito do diferente - trabalhador que se torna estudante⁹ - garantido sem discriminação, preconceito ou desigualdade. Para tanto, é necessário entender que a democratização do ensino também depende de práticas distintas, da transformação das técnicas e dos métodos pedagógicos através da “interação aberta e construtiva” da escola/universidade com as necessidades e os interesses sociais dos “círculos humanos aos quais ela sirva”.¹⁰

No novo contexto do final dos anos 80 e início dos 90, lutar pelo acesso à universidade passou a representar não apenas a procura de excelência ou status, mas passou a significar também a busca pela democracia e igualdade. A partir de então, “...os limites da congruência entre os princípios da universidade e os princípios da democracia e da igualdade tornaram-se mais visíveis...”¹¹ (p. 212), passando a ser questionada a organização elitista do saber no interior dessa instituição, bem como a hierarquização e centralização de seu poder interno. Além disso, ganhou força a histórica luta de setores da sociedade brasileira para conquistarem o acesso à universidade.

De certo modo, foi isso o que ocorreu em Campinas com a reorganização de seu movimento estudantil. Uma das principais bandeiras desse movimento era a da necessidade de se criar cursos noturnos no campus da UNICAMP. Segundo Ruiz (1991), no início dos anos 80, coletou-se junto à comunidade campineira, cerca de onze mil assinaturas que foram encaminhadas ao reitor da UNICAMP exigindo a criação de novos cursos noturnos.

(7) Citado em GERMANO (1993).

(8) Cf. Thompson, 1981.

(9) FORACCHI, 1977.

(10) Cf. Fernandes, 1966.

(11) SANTOS, 1995.

Nos anos 80, a União Campineira de Estudantes Secundaristas (UCES) novamente se mobilizou em torno da reivindicação por cursos noturnos na UNICAMP. A entidade promoveu no dia 17 de junho de 1983 um debate sobre essa questão. Um dos debatedores - o representante da Divisão Regional de Ensino da cidade e região - mostrou o quadro da distribuição dos estudantes de 2º grau na rede pública de Campinas. Segundo esse quadro, em 1983, 7.153 alunos desse grau de ensino freqüentavam a escola no período diurno enquanto 8.881, ou seja, 55% do total de secundaristas estavam matriculados no período noturno. Quando se analisava a situação da região - incluindo, por exemplo, as cidades de Vinhedo, Paulínia, Monte-Mor, etc. - o percentual de alunos secundaristas no período noturno se ampliava passando a representar 62% do total de alunos.¹²

A partir desse debate, os alunos reiniciaram a luta pela abertura dos cursos noturnos na única universidade pública da região, abrindo assim a campanha "*Por Cursos Noturnos na UNICAMP*". Sob o forte argumento de que a maioria dos secundaristas teria de ir para a faculdade privada, caso continuasse seus estudos, o debate foi acirrado e as pressões sobre a Universidade ganharam novo fôlego.

No ano de 1983, três professores da Faculdade de Educação¹³ da UNICAMP publicaram na imprensa campineira uma série de três artigos, buscando reforçar a luta dos estudantes e sensibilizar a população para essa luta.

Tanto os estudantes secundaristas quanto esses professores mostravam sua indignação com o fato de uma universidade pública se manter desativada no período noturno, quando os dados demonstravam que grande parte dos possíveis universitários já vinha de cursos no-

turnos ao nível do 2º grau e, com certeza, entrando no curso superior, não poderiam cursá-lo em outro período senão à noite. Apesar de toda a movimentação esses cursos não surgiram naquele momento.

Em 1988, o Instituto de Matemática, Estatística e Ciência da Computação (IMECC) da UNICAMP, passou a oferecer o curso de Licenciatura em Matemática no período noturno. Esse foi um curso que nasceu isolado do debate maior que ocorreria dois anos depois como resultado da promulgação da Constituição do Estado.

Segundo Bacci¹⁴, esse curso começou a ser pensado pelo menos três anos antes de sua criação, ou seja, a partir de 1985. A idéia da sua implementação se deu no sentido de atender às necessidades daqueles que trabalhavam durante o dia e não podiam freqüentar o curso de Bacharelado em Matemática já oferecido pelo Instituto, em período integral. Ela surgiu de "conversas de corredor", como relata Bacci. A partir dessas conversas, um grupo começou a trabalhar para implementá-lo.

Apesar do empenho de um grupo de professores desse Instituto, o curso não se concretizava. Em 1987, por exemplo, já havia um *croqui* do curso, entretanto ele não estava concluído e o prazo para a sua entrada no catálogo do vestibular de 1988 estava para terminar. Isso levou o grupo a abandonar a idéia da implantação do curso e deixá-la para o vestibular do ano seguinte.

No entanto, numa entrevista coletiva realizada com o então reitor, Prof. Paulo Renato, acerca das inovações no vestibular da Universidade a partir daquele ano, interrogaram-no sobre o fato da UNICAMP ficar fechada à noite. Os jornalistas lhe perguntaram sobre o aparato da Universidade que se mantinha ocioso no período noturno. Nesse momento, o

⁽¹²⁾ Jornal *Diário do Povo*, Campinas, 25/06/1983.

⁽¹³⁾ Os professores são: Águeda Bernardete Uhle, Helena Costa Freitas e Maurício Tragteberg.

⁽¹⁴⁾ Informações coletadas em entrevista concedida pelo professor Ricardo Bacci - primeiro coordenador do curso noturno da Matemática - em maio de 1995.

reitor disse que o curso de Matemática funcionaria à noite a partir do ano seguinte. A interpeção da imprensa acabou fazendo com que o reitor se comprometesse publicamente com sua implantação.

Para Bacci, aí nasceu o curso noturno da Matemática. Segundo ele, essa entrevista dada pelo reitor proporcionou uma espécie de aval para a implantação do curso, pois havia uma certa resistência por parte de outras Unidades quanto ao seu oferecimento. Quando se apresentava o projeto em órgãos como a Comissão Central de Graduação (CCG) ou o próprio Conselho Universitário (CONSU), o Instituto recebia severas críticas. *"...A gente planejava, planejava, mas toda vez que o nosso chefe do departamento levava o projeto lá, levava cacetada né?... Porque eu acho que a preocupação deles era assim: 'Eles vão criar um curso noturno e depois nós vamos ter que criar também'"*¹⁵ (p. 3).

Apesar das críticas e resistência, o nascimento desse novo curso da Matemática foi relativamente tranquilo, pois havia o respaldo da decisão tomada pelo reitor da Universidade. O reitor, na fala de Bacci, "deu o curso" para o IMECC. De certo modo, essa forma apressada em responder às demandas que vão surgindo, demonstra a maneira como normalmente a universidade lida com elas. Segundo Santos (1995), a instituição universitária possui uma certa "impermeabilidade às pressões externas", uma relativa "aversão às mudanças", uma "rigidez funcional e organizacional" (p. 178). Sendo assim, pode-se dizer que ela busca dar respostas rápidas e "superficiais" às pressões que sofre, sem, no entanto, modificar sua estrutura.

A partir da promulgação da Constituição do Estado de São Paulo em 1989 que a movimentação pela criação dos cursos noturnos na UNICAMP ganhou nova força.

A Constituinte do Estado aprovou um artigo deliberando que 1/3 (um terço) do total das vagas oferecidas nas universidades estaduais paulistas estivessem no período noturno. Essa aprovação em parte pode representar a preocupação em recuperar o prestígio do poder e das instituições públicas, dentre elas da universidade. Por outro lado, ela pode ser vista como sendo a tentativa de ajustamento dos gastos públicos com a universidade conforme o que era indicado por órgãos como o Banco Mundial¹⁶ que recomendava a ampliação do número de vagas nas universidades públicas brasileiras como forma de se diminuir o custo do aluno que a freqüentava. Mas representa ainda a preocupação social por parte de alguns partidos e políticos com segmentos das classes populares.

Essa garantia constitucional veio dar novo ânimo ao movimento em Campinas. Em 1991, foi criado o **Fórum Pró-Cursos Noturnos** que abrangia diferentes entidades sindicais da cidade e região buscando garantir o cumprimento da deliberação do artigo 253 da Constituição Paulista e discutir alguns aspectos pedagógicos e estruturais fundamentais para se viabilizar o acesso de representantes dos setores populares à esses cursos.

O Fórum passou a divulgar um boletim informativo que tinha por objetivo não só informar a população sobre o caminho que as discussões estavam tomando a respeito dos cursos noturnos, mas também, e principalmente, de envolvê-la, chamando-a para somar forças através do Fórum e pressionar para que os cursos noturnos passassem a existir. Foram ainda difundidos vários abaixo-assinados para enfatizar a intenção de que a comunidade se tornasse participante direta do processo.

Para alcançar tais objetivos, foram promovidos ainda debates públicos sobre temas como: "Universidade Brasileira e LDB", "Cursos Noturnos: aspectos sociais", "Critérios de

¹⁵ Entrevista com Bacci.

¹⁶ Cf. relatório apresentado pelo Banco Mundial em fevereiro de 1991, intitulado "High Education Reform in Brazil".

Acesso à Universidade”... Esses debates, bem como as reuniões do Fórum, aconteciam, na maioria das vezes, no salão nobre do prédio central da PUC-Campinas. Para o Fórum, diferente da posição majoritária nos órgãos oficiais da UNICAMP, não era suficiente cumprir a determinação da Constituição. Ele reivindicava que todas as Unidades oferecessem cursos no período noturno.

Os sindicatos e associações internas da UNICAMP também organizaram-se em torno da questão da abertura de cursos noturnos na Universidade. Além de participarem juntamente com o Fórum Pró-Cursos Noturnos, essas entidades também desenvolveram atividades independentes.

Tiveram ainda grande envolvimento nesse debate os órgãos colegiados da UNICAMP. Durante dois anos (1990-1991) as discussões internas nesses órgãos foram intensas e representavam posições às vezes divergentes. Existia por parte de alguns representantes de Unidades uma grande resistência e até mesmo repulsa à idéia da criação desses cursos. Isso se dava em parte por receio de que esses cursos pudessem comprometer a qualidade do ensino oferecido pela UNICAMP e até mesmo por motivos corporativos tais como o aumento da jornada de trabalho dos docentes. Em contrapartida, outros se manifestavam favoráveis por entenderem que essa seria uma oportunidade da Universidade mostrar a possibilidade de oferecer cursos noturnos de qualidade e por entenderem que essa era uma função social primordial no momento atual.

Durante esse período, os debates foram difíceis e lentos o que gerou uma posição, de certo modo, de pressão por parte da reitoria. Preocupada com o atendimento da determinação legal que estipulava um prazo de dois anos para a adequação da Universidade à legislação, o reitor passou a acompanhar de perto as discussões e a incentivar as Unidades para que

os cursos passassem a existir o mais rápido possível.

Para a reitoria, a criação dos cursos noturnos talvez significasse a possibilidade de legitimação da universidade frente às demandas da sociedade e até mesmo a de legitimidade do próprio reitor diante das reivindicações de setores da comunidade acadêmica. É provável ainda que a criação desses cursos representasse a possibilidade de gerir a crise institucional, uma vez que, segundo fala do reitor Vogt, havia um compromisso por parte do então Governador Antônio Fleury Filho, de acréscimo no percentual de verba repassada para a Universidade, caso os cursos se concretizassem.¹⁷

A estratégia de pressão por parte da reitoria continuou durante todo o ano de 1990. A partir de junho desse ano, o presidente da Comissão Central de Graduação (CCG) começou a visitar as Unidades que apresentavam maior resistência à criação dos cursos noturnos com o objetivo de reforçar o trabalho do coordenador e de unir forças para convencer os docentes sobre a necessidade dessa criação.

Até o mês de dezembro de 1990, todos os Institutos e Faculdades, com exceção do Instituto de Química, tinham apresentado alguma proposta de atividade no período noturno, fosse ela um curso de graduação ou cursos de extensão, etc.

Em reunião do dia 13 de dezembro de 1990, foi criada uma Sub-Comissão que deveria viabilizar a implantação dos cursos noturnos apresentados até então. Desse estudo efetuado pela Sub-Comissão da CCG, foram apresentadas algumas sugestões para as Unidades e para a Universidade, como um todo, referentes, por exemplo, à forma de ingresso dos alunos, ao horário de funcionamento dos cursos e ao período de duração das aulas.

Diante dos projetos de cursos apresentados pelas diferentes Unidades, a Comissão, ao

⁽¹⁷⁾ Ata da reunião da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) do dia 16/07/91 – p. 220.

analisá-los, concluiu que apenas cinco se dispunham e teriam condições de iniciá-los a partir do ano de 1992.

Esse conjunto de fatores acabou por determinar a criação de 10 dos 14 cursos noturnos existentes na Universidade até o final desta pesquisa, isto é, 1996. Nesse período, a partir de estudos realizados pela Comissão Nacional de Vestibulares/UNICAMP sobre o perfil dos alunos de graduação da Universidade que afirmam ser uma minoria o percentual de alunos trabalhadores presentes nos cursos noturnos, alguns passaram a defender o fim desses cursos. Essa defesa é feita sob o argumento de que por não ter alterado o perfil do aluno que normalmente estuda na UNICAMP, o curso noturno perdeu sua função social e por isso não justifica mais a sua existência. Entretanto, em estudo realizado por Bezzon (1995), pode-se constatar que na UNICAMP os cursos noturnos, na sua maioria, figuram entre os que apresentam uma menor elitização quanto aos alunos que o frequentam.

Alunos, professores e até mesmo representantes políticos da comunidade têm se organizado novamente buscando garantir não só a existência dos cursos já criados bem como o surgimento de novos cursos noturnos na UNICAMP.

Diante desses dados posso afirmar que os cursos noturnos surgiram na UNICAMP enquanto tentativa da Universidade em administrar o conflito gerado pelos diferentes interesses internos e externos a ela. Frente a esse quadro, pode-se dizer que eles não representam uma atitude tomada a partir de um projeto político da Universidade, ou em função de uma proposta de alterações significativas de sua estrutura. Ao contrário, parece que o oferecimento desses cursos representa uma resposta imediata e conjuntural da Universidade diante das pressões sofridas, uma vez que não houve uma expansão considerável dos cursos noturnos em períodos mais recentes e os que surgiram passaram a ser questionados num mo-

mento em que a mobilização e as pressões internas e externas refluíram.

Além disso, o surgimento desses cursos não pode ser compreendido como fator representativo, por si só, do processo de democratização da universidade. Embora esse seja um passo na direção de uma possível democratização da instituição universitária, o simples oferecimento de cursos no período noturno não garante o acesso a eles, em larga escala, para representantes dos segmentos sociais populares.

No atual contexto, nacional e internacional, em que se insere a problemática da universidade brasileira, pode-se dizer que essa instituição encontra-se frente a um dilema: ou ela passa a ser totalmente instrumentalizada pelos interesses do capital ou busca conquistar legitimidade através da ampliação da oferta de seus cursos, serviços e de uma maior abertura para amplos setores da sociedade civil. A legitimação da instituição universitária passa necessariamente, neste momento, pela sua democratização. E essa envolve tanto a democratização de suas práticas internas, do poder acadêmico bem como do saber que nela é produzido e veiculado.

Segundo Santos (1995), *"...a idéia do saber universitário foi sendo progressivamente substituída pela hegemonia da racionalidade cognitivo-instrumental e, portanto, das ciências naturais..."*(p. 225), sobre as demais ciências. Entretanto, segundo o autor, diante do novo quadro político, social e econômico que tem se configurado, torna-se necessária a transformação dessa situação. Para ele, é preciso que ocorram mudanças nas atividades desenvolvidas pela universidade e que elas estejam pautadas principalmente pela priorização da racionalidade moral-prática e da estético-expressiva sobre aquela que durante anos vem dirigindo a população acadêmica. No entanto, a proposta feita pelo autor não representa a marginalização das ciências naturais, mas sim, que se torne fundamental a preocupação com a formação social, com a dimensão da própria natureza.

Urge portanto que a universidade caminhe rumo à sua ampla democratização. Uma democratização que esteja pautada não pelos interesses de diferentes setores da sociedade, mas pela nova noção de direito¹⁸ que inclui o atendimento às reivindicações por acesso a essa instituição, pois, como afirma Santos (1995), "...quando a procura de educação deixa de ser uma reivindicação utópica e passa a ser uma aspiração socialmente legitimada, a universidade só pode legitimar-se, satisfazendo-a..." (p. 211).

Referências Bibliográficas

- BEZZON, Lara Andréa. *Análise do Perfil Sócio-Econômico-Cultural dos Ingressantes na UNICAMP (1987-1994): democratização ou elitização?* (mimeo). Dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP, 1995.
- CARDOSO, Irene R. *A Universidade da Comunhão Paulista*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1982.
- CHAUÍ, Marilena. "Em Torno da Universidade de Resultados e de Serviços". In: *Revista USP: Dossiê Universidade-Empresa*. São Paulo: USP, n. 25, mar/mai. 1995.
- CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Crítica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- DAGNINO, Evelina (org.) *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- FERNANDES, Florestan. *Educação e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus Editora, 1966.
- FONSECA, Dirce Mendes da. *UnB: Reformar para não Mudar* (mimeo). Dissertação de Mestrado, FE/UNICAMP, 1986.
- FORACCHI, Marialice. *O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira*. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.
- GERMANO, José Wellington. *Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Ed. Cortez, 1993.
- RIBEIRO, Darcy. *A Universidade Necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- RUIZ, Jefferson Lee de Souza. "Cursos Noturnos e a Participação Popular". In: *Jornal Folha de S. Paulo*, 20 de agosto de 1991.
- SANFELICE, José Luís. *Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao Golpe de 64*. (mimeo). Tese de Doutorado. PUC/São Paulo, 1985.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1981.

¹⁸) CHAUÍ, 1995.